



A HISTÓRIA RECENTE DAS ENCHENTES: A SITUAÇÃO DAS CIDADES DA ZONA DA MATA SUL DE PERNAMBUCO

Prof^o Dr^o Denis Antônio de Mendonça Bernardes¹

Alexsandro Martiniano da Silva²

Silvana Silva do Nascimento³

RESUMO

O presente trabalho versa sobre os impactos das enchentes ocorridas no ano de 2010 nas cidades da Zona da Mata Sul do estado de Pernambuco, bem como a ação do poder público diante desta situação. A relevância da temática decorre da compreensão de que a problemática ambiental deve ser entendida como um das expressões da Questão Social. Daí a necessidade de uma análise que considere a questão ambiental diante da situação das pessoas vitimadas pelas enchentes. Como referencial teórico será utilizado a noção de Justiça Ambiental. Para a pesquisa, foi realizado levantamento em livros, jornais, revistas, sites, bem como registros fotográficos. As enchentes deixaram 26.960 pessoas desabrigadas; 21 pessoas mortas; 14.136 casas destruídas e um total de 5.000 km de estradas danificadas; 12 municípios decretaram estado de calamidade pública e 27 ficaram em situação de emergência. O governo estadual realizou uma Operação de Reconstrução nos municípios atingidos pelas enchentes, onde 39 terrenos foram desapropriados em 21 municípios para construção de novas casas, postos médicos, escolas. Um total de 12 mil unidades habitacionais está sendo construída pelos governo estadual e federal para atender as famílias desabrigadas. Um ano depois do caos que se instalou em diversas cidades da Zona da Mata Sul, verifica-se que as ações realizadas pelo Governo ainda são insuficientes diante dos dados da tragédia.

Palavras chaves: questão ambiental; enchentes; poder público.

ABSTRACT

The present work deals with the impacts of floods occurred in 2010 in the cities of South Forest Zone of Pernambuco State, as well as confronting the government on the issue. The relevance of the theme is the need for a cross-sectional analysis where the environmental issue is considered, the action in view of the anthropological interests of capital and the situation of people affected by floods. In order to achieve the research literature was conducted, in books, newspapers, magazines, websites, and photographs. The floods left 26,960 people homeless, 21 people killed, 14,136 homes destroyed and a total of 5,000 km of roads damaged, 12 municipalities have declared a state of public calamity and 27 were in an emergency situation. The state government undertook a reconstruction operation to municipalities affected by the flooding, where 39 were expropriated land in 21 municipalities to build new homes, medical clinics, schools. A total of 12 000 housing units being built by state and federal governments to meet the displaced families. A year after the chaos that has taken place in several cities in the Zona da Mata Sul, it is clear that the actions taken by the Government are still insufficient data on the tragedy.

¹ Professor Doutor em História Social – Vinculado ao Departamento de Serviço Social; Universidade Federal de Pernambuco; coordenador do Núcleo de Estudos e Pesquisas em Práticas Sociais- NUPEPS; e-mail: denisbernardes@uol.com.br

² Acadêmico em Serviço Social- Universidade Federal de Pernambuco; Pesquisador do NUPEPS; e-mail: alexms87@yahoo.com.br

³ Acadêmica em Serviço Social- Universidade Federal de Pernambuco; e-mail: silvaninha_snascimento@hotmail.com





Key words: environmental issue, floods, government.

INTRODUÇÃO

Ao longo dos anos a relação existente entre o homem e a natureza, assumiu características diversas. Nos períodos anteriores ao capitalismo essa relação ocorria de maneira mais coletiva e com menor dano para os recursos naturais, como forma de garantir a sobrevivência e a reprodução humana. Porém, com o advento do modo de produção capitalista a apropriação dos recursos naturais, tendo em vista a acumulação de capital, tomou proporções de exploração privada, assim como aconteceu com a mão de obra.

Com o processo de industrialização ocorreu também a emergência da problemática ambiental, que teve como resultado, a devastação das florestas, a poluição dos rios, a ocupação de lugares de risco, a exemplos de morros, terrenos de várzea. Todos esses fatores contribuem para a baixa qualidade de vida de boa parte da população brasileira, geralmente a população de baixa renda. Jacobi (2006) afirma que, sobretudo a partir dos anos de 1950 o processo de periferização foi intensificado. Porém é na década de 1960 que o termo meio ambiente começa a ser utilizado.

Mesmo a questão ambiental sendo tão presente, de modo geral foi, durante décadas, vista mais em sua face técnica, sendo pouco percebida sua relação com os interesses capitalistas. No que se refere às conseqüências das enchentes ocorridas em Pernambuco verifica-se a existência de realidades distintas, de um lado existe a população rural, que está ligada a dinâmica dos rios que as grandes atividades pluviométricas se expandem atingindo a população ribeirinha. Do outro lado apresentam-se as enchentes nas áreas urbanas, que tem suas conseqüências ampliadas devido à impermeabilização dos solos e na canalização dos solos. As enchentes ocorridas no mês de junho de 2010 apresentaram ambas as características, 67 cidades pernambucanas foram atingidas deixando dezenas de famílias desabrigadas, cidades inteiras ficaram destruídas. Dentre as cidades mais prejudicadas estão Palmares e Barreiros.

A EXPLORAÇÃO CAPITALISTA SOBRE O MEIO AMBIENTE

A interação existente entre o homem e a natureza se faz presente na humanidade desde o período primitivo, porém nesse contexto a relação visava, sobretudo a sobrevivência por meio

da obtenção de alimentação e de abrigo. Segundo, Vieira (2009) essa relação caracterizou-se de formas diferentes, tais como a agricultura e a pecuária como formas de garantir a sobrevivência e a reprodução dos grupos humanos. Porém, à medida que o desenvolvimento econômico e tecnológico se intensificou, a interação homem e natureza foi se modificando. Vieira (2009) aponta a Revolução Industrial como marco central na mudança nessa relação:

A sociedade urbano-industrial, impulsionada pela Revolução Industrial, introduziu um novo padrão nos modos de produção, o que gerou, a intensificação do processo de urbanização e conseqüentemente a apropriação dos recursos naturais para fomentar a produção industrial gerando bens e os problemas socioambientais (VIEIRA, 2009:23).

No Brasil não foi diferente, a problemática ambiental se tornou visível ao passo que ocorreu o advento da industrialização e da urbanização acompanhado do aumento da produção de lixo, da poluição dos rios, da escassez dos recursos naturais, questões que rebateram e continuam rebatendo diretamente na qualidade de vida das pessoas.

Vale salientar que a ocupação de áreas no entorno dos rios é algo histórico. Nas zonas rurais esta ocupação, na maioria das vezes, está ligada às atividades de agricultura, já nas áreas urbanas é conseqüência do processo de urbanização, o qual fez com que muitas famílias empobrecidas ocupassem territórios de risco. A ocupação de encostas torna ainda mais vulnerável a bacia dos rios que cortam a área urbana, tanto pela remoção da vegetação natural, que possui aspecto altamente protetor, retendo e ajudando a evaporação das águas da chuva, como pela exposição à erosão a que os solos desmatados ficam submetidos. Na análise de Jacobi (2006):

A partir dos anos 50, com a exacerbação dos processos de “periferização” e mais intensamente nos últimos 30 anos ocorrem dois movimentos simultâneos: a intensificação das intervenções na rede de drenagem, com obras de retificação e canalização dos rios, o aterramento das várzeas e sua incorporação à malha urbana e a explosão na abertura de loteamentos de periferia. A função normativa de uso e ocupação na instalação dos processos de urbanização subordinou-se aos interesses das classes de renda alta e média alta. Os loteamentos periféricos são territórios irregulares que não atendem aos parâmetros urbanísticos estabelecidos, ficam oficialmente excluídos do acesso aos serviços e investimentos públicos e as melhorias são conseguidas através de obras pontuais e corretivas. No geral, observa-se um crescente agravamento dos problemas ambientais nas metrópoles, já que o modelo de apropriação do espaço reflete as desigualdades socioeconômicas imperantes. (JACOBI, 2006: 03).

É bom lembrar que a expressão “meio ambiente”, segundo, Marcondes (1999) emerge apenas em meados da década de 1960, tratada nos aspectos concernentes à problemática do desenvolvimento econômico, quando passou a designar uma pluralidade de questões abrangidas pela terminologia “questão ambiental”. É também na década de 1960 precisamente



que a lei 4.741 de 15 de setembro de 1965, instituiu o então, Novo Código Florestal Brasileiro.⁴

Porém a questão ambiental durante todos esses anos foi comumente tratada como sendo de ordem meramente técnica, alheia a qualquer discussão acerca das consequências da devastação do meio ambiente. Foi desconsiderado que a problemática ambiental é resultante do modo de produção capitalista, que se pauta na acumulação de capital e na exploração de mão de obra e das riquezas naturais e na necessidade crescente de investimento tecnológico, por isso se caracteriza como uma das expressões da Questão Social. (Vieira, 2009).

AS ENCHENTES OCORRIDAS EM PERNAMBUCO: QUEM SÃO AS PRINCIPAIS VÍTIMAS?

No que se refere às consequências das enchentes percebe-se que duas realidades são atingidas, porém, de forma distinta, uma diz respeito à realidade das áreas rurais, a qual está ligada a natural dinâmica dos rios, que devido à grande atividade pluviométrica se expandem e inundam seu entorno, atingindo, desta forma, toda a população ribeirinha.

A outra forma se refere às enchentes nas áreas urbanas, na qual as consequências são ampliadas pelo efeito de alteração produzida pelo homem na urbanização pela impermeabilização das superfícies e a canalização dos rios. Quando a precipitação é intensa e o solo não tem capacidade de infiltrar, grande parte do volume escoar para o sistema de drenagem, superando sua capacidade natural de escoamento, o que faz com as cidades fiquem alagadas.

É indiscutível que a ocupação desordenada da área urbana desprovida de infra-estrutura adequada tende a aumentar em magnitude e rapidez a ocorrência dessas inundações. Dentre os principais impactos sobre a população estão: prejuízos de perdas materiais e humanas, interrupção da atividade econômica das áreas inundadas, contaminação por doenças de veiculação hídrica como leptospirose, cólera, entre outros, contaminação da água pela inundação de depósitos de material tóxico, estações de tratamentos entre outros.

⁴ Lembramos que a primeira versão do Código Florestal Brasileiro, ocorreu no ano de 1934 com a proposta de normatizar a proteção e o uso das florestas com o propósito maior de proteger os solos, as águas e a estabilidade dos mercados de madeira. (AHRENS, 2011)



Como forma de enfrentamento às injustiças ambientais sofridas por populações com poucos recursos financeiros, baixa participação política e informacional⁵ surgiu nos Estados Unidos (na década de 1960) o movimento de Justiça Ambiental. Esta discussão chegou ao Brasil na década de 1990, constituindo-se como articulação criativa entre as lutas de caráter, social, territorial, ambiental e de direitos civis e foi nesse momento também que a questão ambiental passou a ser relacionada com as desigualdades sociais e impulsionou-se uma reflexão geral sobre as relações entre risco ambiental, pobreza e etnicidade. (ACSERALD, 2009).

As enchentes ocorridas no mês de junho de 2010 atingiram 67 cidades pernambucanas⁶, deixando um grande rastro de destruição. Dados apresentados pela mídia afirmam que:

Foi à maior tragédia da década: 21 pessoas morreram, enquanto 26.970 ficaram desabrigadas e 55.650 pessoas ficaram desalojadas; 14.136 casas foram destruídas; 142 pontes ficaram danificadas, sendo que muitas delas foram totalmente levadas pela água; 5.000 km de estradas foram danificados; 12 municípios decretaram estado de calamidade pública e 27 ficaram em situação de emergência (Pernambuco de A-Z: 2010).

o.ig.com.br

⁵ Haja vista que é justamente essa população que mais sofre com as conseqüências do deficitário investimento em políticas de saneamento, moradia, de controle do lixo tóxico e demais fatores que concorrem para as suas más condições de vida e de trabalho. (ACSERALD, 2009).

⁶ As enchentes ocorridas nesse período também causaram grande destruição no Estado de Alagoas. Lembramos que em janeiro do mesmo ano a região Serrana do Rio de Janeiro também foi cenário de uma grande catástrofe, porém dentro das limitações do presente trabalho, abordaremos apenas a situação de Pernambuco.

Cidades inteiras ficaram destruídas além das casas, hospitais, escolas, creches, órgãos públicos, prefeituras, foram arrasadas pela força das águas. Dentre as cidades mais afetadas pelas conseqüências das fortes chuvas, estão: Cortês, Água Preta, Agrestina, Bezerras, Gameleira, Jurema, Primavera, Catente, Belém de Maria. Barreiros (foto1) foi um dos municípios mais afetados. Situado a 102 km da cidade do Recife, o aumento do nível do rio Carimã – em mais de dois metros de altura



– provocou inundações em vários bairros, nos quais de acordo com a Secretaria de Defesa Civil do município 700 pessoas acabaram perdendo tudo e 15 foram levadas a óbito. Palmares (foto2) foi considerada a cidade mais prejudicada. Com 56 mil habitantes foi bastante destruída e ficou inacessível por terra, milhares de pessoas ficaram ilhadas. A ponte sobre o Rio Una, na BR 101, foi carregada pelas águas. Cortês, na mesma região, foi varrida pelo Rio Sirinhaém, sobraram apenas destroços onde antes era uma cidade (SOUZA, 2010). Segundo, Junior e Albuquerque (2010), grande parte dos municípios afetados pelas enchentes, são áreas marcadas pela concentração de terra, pela monocultura, pelo trabalho precarizado. O mesmo autor afirma que o “modelo de desenvolvimento, historicamente e geograficamente implementado no Brasil e, em especial no Nordeste, tem sacrificado o meio ambiente e empurrado populações

empobrecidas para lugares menos propícios para a ocupação humana” (JÚNIOR E ALBUQUERQUE, 2010:01).

Vê-se então que não são apenas os fatores climáticos os responsáveis pela catástrofe que se abateu sobre os municípios, mas também os processos desordenados de uso e ocupação solo, a ineficiência do planejamento urbano, a ocupação em áreas de risco:

A população das cidades desta Região vivem com saneamento básico precário, sem abastecimento de água potável regular, sem assistência médica que atenda as necessidades das pessoas, ou seja, sem uma mínima instrutora social eficaz” (JÚNIOR E ALBUQUERQUE, 2010:02).



A AÇÃO DO PODER PÚBLICO FRENTE ÀS ENCHENTES OCORRIDAS EM PERNAMBUCO

A proporção dos estragos causados pelas enchentes exigiu a ação articulada entre o poder local, o estadual e o federal. Nesse sentido foi organizada pelo governo estadual uma Operação de Reconstrução nos municípios atingidos. Foram disponibilizadas equipes das várias Secretarias, coordenadas pela CODECIPE, para viabilizar abrigo, alimentação, água e assistência médica para a população. Além de recebimento e distribuição de donativos, foram montados diversos pontos de arrecadação em todo Recife. Também foi feito o cadastramento de todas as famílias desabrigadas para orientar o acesso aos benefícios de alimentação e moradia.

O Palácio das Princesas foi usado como centro de apoio das atividades emergenciais. O então, presidente da República, Luís Inácio Lula da Silva, e vários ministros visitaram a região atingida e em todas as regiões do Estado a população realizou campanhas para ajudar os atingidos. Segundo, o site Giro PE (2010) “O Presidente Lula enviou os Ministros da Integração Regional e o Ministro das Cidades que fizeram o reconhecimento das áreas destruídas, em toda região e priorizaram a estratégia do resgate imediato das vítimas, em áreas de risco- especialmente crianças, idosos, gestantes”.

No período em que aconteceram as enchentes, a mídia tanto impressa, quanto a televisiva, expuseram a situação repetidamente. Postos para arrecadamento de todo tipo de doações foram espalhados pela cidade do Recife, porém pouco tempo depois o



Palmares, 2011. Foto: Rafaelly Shayenne





assunto não era mais falado. A reflexão sobre a situação nos leva a concordar com a idéia de que vivemos na era da espetacularização e mercantilização da notícia, voltada exclusivamente para a duração dos impactos emocionais que essas notícias podem causar. (MIRANDA, 2011).

Passados alguns meses, a televisão nada, mas, falou sobre o assunto porém a situação das famílias atingidas pelas enchentes não

Palmares. 2011. Foto: Rafaellv Shavenne

enchente de junho, em Barreiros, são pressionadas pela prefeitura a deixar acampamentos. Água e comida acabaram e segurança foi retirada escrita no Blog SOS Chuva (2011) apresenta a condição precária na qual estão vivendo muitas das famílias que ainda estão desabrigadas. Durante a reportagem as famílias relatam que o fornecimento de água e comida realizado pela Prefeitura foi suspenso e o policiamento existente na área também. Segundo a reportagem:

Outra reclamação é o corte no fornecimento de água mineral. “Já faz tempo que não estamos mais recebendo água potável para beber. Agora, é no caminhão-pipa. Ele vem toda semana e enche aquelas caixas. A água serve para tudo. Semana passada encontramos um sapo morto dentro do reservatório”, declarou Iranildo (BLOG SOS CHUVA, 2011).

Ainda sobre o mesmo assunto, *O Jornal do Comércio* (06/05/2011), com o título “*Barreiros decretará calamidade pública*” informa:

Lotando escolas e terminais rodoviários, famílias que não tem para onde ir se queixam da falta de apoio do poder público. Sem água e sem comida, sobrevivem da doação de empresários da região. A falta de mantimentos tem levado famílias inteiras a buscar comida estragada pela água em supermercados e até mesmo no meio da rua. (JORNAL DO COMMERCIO, 06/05/11: 09)

Outra reflexão pertinente diz respeito à falência do Poder Local, entendido como instituições e políticas públicas que se destinam a promover a gestão dos territórios municipais. A necessidade desta reflexão se manifesta ao considerarmos a problemática das enchentes não apenas como uma questão de ordem natural, mas também de ordem política. Miranda (2011) Não descartamos, porém, a compreensão de que as atribuições governamentais são partilhadas entre os governos municipais, estaduais e federais. Porém cabe aos municípios a competência para promover o adequado ordenamento de seus territórios (CF, art. 31, I e VIII). Ao apresentar as competências de cada esfera do poder, Pinheiro (2011) conclui que:

Parece impossível atender todas as necessidades da sociedade urbana apenas com os recursos próprios dos municípios, seja pela precariedade generalizada de seus sistemas de arrecadação fiscal seja pelo escalonamento de responsabilidades estabelecido na legislação brasileira. Por isso o enfrentamento desse problema requer sim grandes doses de investimento na execução de obras de engenharia, mas, sobretudo, de doses ainda maiores de





planejamento por parte dos governos, sobretudo dos municípios, por sua maior fragilidade. (PINHEIRO, 2011:02).

Diante do exposto fica claro que o problema das enchentes envolve muitos aspectos, do saneamento, da limpeza urbana, da assistência social, do ordenamento territorial, do metropolitano. Esses aspectos reafirmam a necessidade de articulação entre as esferas do poder público.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O debate sobre as enchentes em Pernambuco não é recente, porém durante o processo de pesquisa verificamos que suas conseqüências se agravam devido ao descaso do poder público frente aos impactos gerados por elas.

As vítimas das enchentes geralmente são vítimas também das conseqüências da falta de planejamento territorial somada à desigualdade social, que as leva a morar em áreas de risco. Lembramos que tal situação não pode ser caracterizada como escolha e também não podemos eximir a parcela de culpa do poder público diante da permisividade da especulação imobiliária.

Logo, percebe-se o favorecimento do setor econômico em detrimento do social, onde os esforços são voltados para investimento em construções de grande valorização imobiliária direcionada para um público reduzido. Fica evidente a necessidade de articulação no planejamento das cidades considerando as demandas da população e não apenas do mercado.

REFERÊNCIAS

ACSELRALD, Henri. **O que é Justiça Ambiental**. Trad. Mello, Cecília Campello do A. e BEZERRA, Gustavo das Neves. Rio de Janeiro: Garamond, 2009.

_____. (Org.). **Conflitos Ambientais no Brasil**. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 2004.

JACOBI, Pedro. Impactos **Socioambientais Urbanos na Região Metropolitana de São Paulo**. Revista Vera Cidade – Ano I - nº 01 – Dezembro de 2006.

Jornal do Comércio. Caderno Cidades. **Barreiros decretará Calamidade pública**. 06/05/2011.



Lei 4.771, de 15 de setembro de 1965, que dispõe sobre o Novo Código Florestal.
MARCONDES, M. J. A. **Cidade e Natureza: Proteção dos mananciais e exclusão social.** São Paulo, Edusp: FAPESP, 1999.

MIRANDA, Anivaldo. As Catástrofes e a Falência do Poder Local. In: **Política Democrática: A revista de Política e Cultura.** Brasília/DF: Fundação Astrojildo Pereira, 2011. Nº 29, março de 2011.

Operação reconstrução: moradores de Palmares e Barreiros recebem 139 moradias. Redação do diariodepernambuco.com.br 17/06/2011 | 16h22 | mata sul. Disponível em: <http://www.pernambuco.com/ultimas/nota.asp?materia=20110617162243>. Acessado em: 28/09/11.

PINHEIRO, Julio. **Enchentes: Como Combater? Uma Outra Abordagem Para o mesmo Problema.** Disponível em: http://www.oim.tmunicipal.org.br/abre_documento.cfm?arquivo=_repositorio/_oim/_documentos/4B6628E7-FC7F-CECF-489232B6C23B457212042011052757.PDF&i=1483
Acessado em: 12/10/11

Comitê Ecumênico de Apoio as vítimas das chuvas em Pernambuco. Publicado em 13/01/11. <http://soschuvaspe.blogspot.com/> **Vítimas da enchente de junho, em Barreiros, são pressionadas pela prefeitura a deixar acampamentos. Água e comida acabaram e segurança foi retirada.**

VIERA, Aliceane de Almeida. **Serviço Social e meio ambiente: Uma análise da temática na formação profissional frente à questão socioambiental.** Dissertação de Mestrado. Mossoró- RN: 2009.

SOUZA, Robson Fernando de. **As causas reais das enchentes da Zona da Mata nordestina (Parte 2).** Em 10 de julho de 2010. Disponível em: <http://consciencia.blog.br/2010/07/causas-reais-das-enchentes-da-zona-da-mata-nordestina-parte-2.html>. Acessado em: 25/10/11.

JÚNIOR, Plácido e ALBUQUERQUE, Renata. **Áreas das enchentes são marcadas pelo monocultivo da cana.** 12/07/10. Disponível em: <http://www.mst.org.br/node/10245>. Acessado em: 20/10/11.

PALMARES: CENÁRIO DE GUERRA E DESESPERO – Disponível em: <http://www.girope.com.br/chuvas.php>. Acessado em: 15/10/11
Disponível em: http://www.peaz.com.br/index.php?option=com_content&view=article&id=337:enchentes&catid=45:fenomenos-naturais&Itemid=105